



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ACTA N.º 29/XI/2.ª

Aos dois dias do mês de Fevereiro de dois mil e onze, pelas dez horas e quarenta minutos, reuniu, na Sala 6 do Palácio de São Bento, em Lisboa, a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, com a seguinte ordem de trabalhos:

10:30 Horas

- 1- Distribuição de iniciativas legislativas;
- 2- Distribuição de iniciativas europeias;
- 3- Apreciação e votação das actas n.ºs 22/XI/2.ª a 28/XI/2.ª (correspondendo às reuniões de 4 a 25 de Janeiro de 2011);
- 4- Relatório da participação da Assembleia da República na Reunião Interparlamentar organizada pela Comissão de Assuntos Jurídicos (JURI) do Parlamento Europeu com as Comissões correspondentes dos Parlamentos Nacionais da União Europeia - Bruxelas, 30 de Novembro de 2010 - Relatora - Deputada Francisca Almeida (PSD);
- 5- Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD solicitando a audição da Associação Portuguesa de Arbitragem no âmbito da discussão na especialidade da Proposta de Lei n.º 48/XI/2.ª (GOV) - "Aprova a Lei da Arbitragem Voluntária";
- 6- Apreciação e votação de relatórios de iniciativas europeias;
- 7- Apreciação e votação de relatórios de petições;
- 8- Outros assuntos.

11:30 Horas - Audição do Senhor Professor Doutor Manuel Meirinho no âmbito do acompanhamento da aplicação e monitorização da Lei n.º 55/2010, de 24 de Dezembro, que "Reduz as subvenções públicas e os limites máximos dos gastos nas campanhas eleitorais" (Requerimento apresentado pelos Grupos Parlamentares do PS, PSD, CDS-PP, BE e PCP).

Estavam presentes os Senhores Deputados constantes da folha de presenças em anexo.

No primeiro ponto da ordem de trabalhos, foram distribuídas as seguintes iniciativas legislativas:

502/XI/2.ª (PSD)	<u>Altera pela décima quinta vez o Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro, que aprova o regime jurídico aplicável ao tráfico e consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas, acrescentando a Mefedrona às substâncias da Tabela II-A Anexa ao Decreto-Lei</u> - de que foi nomeado Relator o Senhor Deputado Filipe Lobo d'Ávila (CDS).
-----------------------------------	--



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

507/XI/2.ª	<u>Extingue a cargo de Secretário-Geral do sistema de Segurança Interna (1.ª alteração à Lei n.º 53/2008, de 29 de Agosto, que aprova a Lei de Segurança Interna).</u> – de que foi nomeado relator o Senhor Deputado Filipe Neto Brandão (PS).
-------------------	---

No segundo ponto da ordem de trabalhos, foram distribuídas as seguintes iniciativas europeias:

- COM(2010)783 - RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO: A memória dos crimes cometidos pelos regimes totalitários na Europa – de que foi nomeado relator o Senhor Deputado António Filipe (PCP);
- COM(2011)2 - RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES sobre os resultados obtidos e os aspectos qualitativos e quantitativos da execução do Fundo Europeu para os Refugiados no período 2005-2007 – de que foi nomeada relatora a Senhora Deputada Celeste Correia (PS);
- COM(2011)15 - LIVRO VERDE sobre a modernização da política de contratos públicos da UE: Para um mercado dos contratos públicos mais eficiente na Europa, para cuja apreciação foi considerada competente a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, com conhecimento à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias para, querendo, também se pronunciar – foi deliberado, por unanimidade, não escrutinar esta iniciativa.

No terceiro ponto da ordem de trabalhos, foram aprovadas por unanimidade, na ausência do BE e do PEV, as actas n.ºs 22/XI/2.ª a 28/XI/2.ª (correspondendo às reuniões de 4 a 25 de Janeiro de 2011).



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

Em seguida, a Senhora Deputada Francisca Almeida (PSD) apresentou o Relatório da sua participação na reunião Interparlamentar organizada pela Comissão de Assuntos Jurídicos (JURI) do Parlamento Europeu com as Comissões correspondentes dos Parlamentos Nacionais da União Europeia, em Bruxelas, no dia 30 de Novembro de 2010, que foi em seguida enviado ao Senhor Presidente da Assembleia, nos termos do n.º 4 do artigo 42.º do Regimento da Assembleia da República, e para o efeito da sua publicação na II Série-D do DAR.

No quinto ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Deputado Hugo Velosa (PSD) apresentou o requerimento do Grupo Parlamentar do PSD, solicitando a audição da Associação Portuguesa de Arbitragem no âmbito da discussão na especialidade da Proposta de Lei n.º 48/XI/2.ª (GOV) - "Aprova a Lei da Arbitragem Voluntária". Após um breve debate em que os Senhores Deputados Filipe Neto Brandão (PS) e Nuno Magalhães (CDS/PP) manifestaram considerar pertinente a audição proposta, tal como resultara do debate na generalidade em Plenário, e sem prejuízo de essa e outras entidades haverem sido oportunamente convidadas a emitir parecer escrito sobre a iniciativa, o requerimento foi aprovado por unanimidade, na ausência do PEV.

Não havendo relatórios de iniciativas europeias ou de petições a apreciar, o Senhor Deputado Nuno Magalhães (CDS/PP) apresentou o seu requerimento solicitando a audição de 3 entidades – o Director-Geral da DGAI, o Coordenador de Equipas da Unidade de Tecnologias de Informação de Segurança e o Presidente do Conselho Directivo da Agência para a Modernização Administrativa, I.P., para prestarem esclarecimentos sobre as dificuldades encontradas no exercício do direito de voto por parte dos portadores de Cartão do Cidadão nas eleições Presidenciais que tiveram lugar no dia 23 de Janeiro de 2011, após a conclusão do inquérito que o Senhor Ministro da Administração Interna afirmara ter sido iniciado.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

Intervieram no debate subsequente os Senhores Deputados Helena Pinto (BE), António Filipe (PCP) e Hugo Velosa (PSD), tendo sido esclarecido pelo proponente que a audição proposta deveria ter lugar após a conclusão do referido inquérito e antes da audição do Senhor Ministro da Administração Interna. O Senhor Deputado António Filipe (PCP) assinalou dever ser também ponderada a possibilidade de audição do Senhor Ministro da Presidência, responsável político pela emissão do cartão de cidadão. O requerimento do CDS/PP foi então aprovado por unanimidade, na ausência do PEV.

Em seguida, foi fixada, por unanimidade, a redacção final do texto sobre a *“Definição das funções, carreiras e condições de exercício dos agentes da Polícia Municipal”* [Projecto de Resolução n. 331/XI/2.^a (CDS-PP)], tendo sido cumprido o disposto no artigo 156.º do Regimento da Assembleia da República, com aceitação das sugestões de redacção constantes da Informação n.º 1154/DAPLEN/2011, no sentido de se aperfeiçoar o estilo do texto em causa.

Por fim, o Senhor Presidente deu conta de um ofício que pretendia enviar à Senhora Presidente do Conselho de Direcção do Canal Parlamento, Deputada Inês de Medeiros, dando conta do descontentamento que a transmissão no Canal Parlamento das reuniões da Comissão e da sua Subcomissão de Igualdade tem suscitado nos seus membros, com frequência inusitada. Intervieram no debate subsequente os Senhores Deputados Teresa Morais (PSD), António Filipe (PCP) e Nuno Magalhães (CDS/PP), que manifestaram estar absolutamente de acordo com a diligência proposta pelo Presidente da Comissão, tendo recordado ainda que o Conselho de Direcção não reúne há muito tempo, nem se tem pronunciado sobre esta questão, muito embora tenha conhecimento prévio da grelha semanal de transmissões, e que a capacidade de transmissão do Canal Parlamento aumentou exponencialmente, sem que tal tivesse tido correspondência no reforço dos meios humanos daquele serviço.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

O senhor Presidente deu ainda conta da impossibilidade de cumprimento do prazo de baixa à Comissão para nova apreciação, nos termos do artigo 146.º do RAR, da Proposta de Lei n.º 45/XI/1.ª (GOV), que *Altera os Estatutos dos Magistrados Judiciais e do Ministério Público em matéria de aposentação, reforma e jubilação, define as condições de atribuição do suplemento de fixação e do novo suplemento que substitui o subsídio de compensação e altera os respectivos regimes de substituição e acumulação*. Explicou que a iniciativa baixara à Comissão no dia 21 de Janeiro de 2011, para nova apreciação, nos termos do artigo 146.º do RAR, pelo prazo de 15 dias, tendo sido acompanhada de propostas de substituição, a apresentar pelo Grupo Parlamentar do PS nesta Comissão. Recordou a intenção manifestada pelo Senhor Presidente do Conselho Superior da Magistratura no sentido de ser ouvido na Comissão acerca das propostas de substituição apresentadas, o que impunha a audição das restantes entidades, tornando necessário dirigir ao Senhor Presidente da Assembleia um ofício no sentido de ser colhida a anuência da Conferência para a prorrogação, por mais 15 dias, do prazo inicialmente fixado.

Foi então deliberado, por unanimidade, na ausência do PEV, solicitar a prorrogação do prazo por mais 15 dias, para o efeito da audição do Conselho Superior da Magistratura, do Conselho Superior do Ministério Público, do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais, da Associação Sindical dos Juizes Portugueses e do Sindicato dos Magistrados do Ministério Público.

Não havendo outros pontos da ordem de trabalhos por cumprir, teve início a audição do Senhor Professor Doutor Manuel Meirinho no âmbito do acompanhamento da aplicação e monitorização da Lei n.º 55/2010, de 24 de Dezembro, que "Reduz as subvenções públicas e os limites máximos dos gastos nas campanhas eleitorais"



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

(Requerimento apresentado pelos Grupos Parlamentares do PS, PSD, CDS-PP, BE e PCP).

Após uma intervenção inicial do Senhor Professor, colocaram-lhe questões os Senhores Deputados Luís Montenegro (PSD), Pedro Soares (BE), Bernardino Soares (PCP), Filipe Neto Brandão (PS), João Almeida (CDS-PP) e Jorge Bacelar Gouveia (PSD), às quais aquele respondeu em conjunto.

A audição foi integralmente gravada em suportes áudio e vídeo e transmitida, em diferido, no Canal Parlamento, encontrando-se o respectivo [registo vídeo](#) disponível para consulta na página Internet do Canal Parlamento.

Nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada às catorze horas e quinze minutos, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

O PRESIDENTE DA COMISSÃO,



(Osvaldo de Castro)

Nota: Aprovada em 02-03-2011



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Filipe
António Montalvão Machado
Celeste Correia
Filipe Neto Brandão
Francisca Almeida
Helena Pinto
Hugo Velosa
Jorge Bacelar Gouveia
José Luís Ferreira
Luís Montenegro
Luís Pita Ameixa
Manuel Seabra
Maria do Rosário Carneiro
Maria Manuela Augusto
Nuno Magalhães
Osvaldo de Castro
Teresa Morais
Carlos Peixoto

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

António Gameiro

Fernando Negrão

Isabel Oneto

Ricardo Rodrigues

Justificaram a falta os seguintes Senhores Deputados:

Filipe Lobo D' Ávila